

ALFABETIZAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS: DESAFIOS E CAMINHOS PARA O ACESSO À EDUCAÇÃO BÁSICA NA RELEVÂNCIA DOS SABERES LOCAIS DA COMUNIDADE CAMPESINA DE MALHADINHA-CUMARU-PE

Terezinha Nílvia da Silva¹

Ângela Maria da Silva²

Manoel José de Paula Filho³

Edlene Gomes da Silva⁴

Ladjane Maria Albuquerque Bezerra Oliveira⁵

Orientadora: Rozineide Iraci Pereira da Silva⁶

INTRODUÇÃO

O direito à educação básica de qualidade, assegurado pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), ainda representa um desafio concreto em diversas regiões do Brasil, especialmente em comunidades rurais e camponesas historicamente marginalizadas. A comunidade de Malhadinha, localizada no município de Cumaru-PE, no agreste pernambucano, configura-se como um exemplo emblemático dessa realidade, onde os movimentos sociais desempenham papel fundamental na luta por acesso, permanência e valorização da educação no campo.

Neste contexto, a alfabetização ultrapassa os limites da mera decodificação de símbolos linguísticos, assumindo uma dimensão política, cultural e identitária. A valorização dos saberes locais, das práticas tradicionais e das experiências comunitárias se revela essencial para a construção de processos pedagógicos significativos, capazes de dialogar com a realidade dos sujeitos do campo.

A educação do campo é uma forma de reconhecimento dos direitos das pessoas que vivem no campo, no sentido de terem uma educação diferenciada dessa perspectiva,

¹ Mestranda em educação da Christian Business School-CBS, nilviapaula2020@gmail.com;

² Especialista em Educação Inclusiva pelo Centro Universitário Facol-UNIFACOL, angelcumaru22@gmail.com;

³ Doutorando em educação da Christian Business School-CBS, mano.educ@gmail.com;

⁴ Mestranda em educação da Christian Business School-CBS, edlenegomes36@gmail.com;

⁵ Graduanda em Licenciatura em pedagogia Universidade Paulista-UNIP, ladjane.cumaru@hotmail.com;

⁶ Professora orientadora: Doutora em educação pela Universidade Federal de Alagoas-UFAL, neide-silva96@hotmail.com.



como também daquela que é oferecida aos habitantes das áreas urbanas. Surge, assim, de forma “repensada e desafiante” (Arroyo, 2006, p.110).

Assim, este artigo busca refletir sobre os desafios e os caminhos para a promoção de uma educação básica comprometida com a justiça social, a partir da articulação entre alfabetização e movimentos sociais, tomando como referência a experiência da comunidade camponesa de Malhadinha.

Ao analisar a relevância dos saberes locais no processo educativo, pretende-se evidenciar como esses conhecimentos podem contribuir para a construção de uma pedagogia emancipadora, que reconheça os sujeitos camponeses como protagonistas de sua própria formação. A partir de um olhar crítico e comprometido com a transformação social, este estudo pretende contribuir para o fortalecimento das práticas educativas no campo e para o debate sobre políticas públicas de educação rural no Brasil.

Este artigo propõe-se a discutir os desafios e os caminhos para o acesso à educação básica na comunidade de Malhadinha, considerando o papel dos movimentos sociais e a importância da valorização dos saberes locais no processo de alfabetização.

A partir de uma abordagem crítica e dialógica, busca-se compreender como a mobilização comunitária tem enfrentado as lacunas deixadas pelo Estado, construindo práticas educativas autônomas, que respeitam os tempos, os espaços e as especificidades do campo. Além disso, o estudo pretende evidenciar como a alfabetização pode ser um instrumento de fortalecimento da identidade camponesa, contribuindo para o empoderamento político e social dos sujeitos envolvidos.

A reflexão aqui proposta parte da compreensão de que a educação do campo não deve ser uma mera extensão da escola urbana, mas sim uma proposta pedagógica construída a partir das necessidades e das potências do próprio território. Assim, torna-se urgente repensar políticas públicas educacionais que dialoguem com a realidade camponesa, que incorporem os saberes locais como parte do currículo e que reconheçam os movimentos sociais como parceiros legítimos na construção de uma educação libertadora. Ao lançar luz sobre a experiência de Malhadinha, pretende-se contribuir para o debate mais amplo sobre a alfabetização no campo e sobre a efetivação do direito à educação como um processo de transformação social.

Segundo Freire: A alfabetização, longe de ser um ato mecânico de memorização de palavras, é um ato de criação, de conhecimento e de reconhecimento do mundo. Por tanto a evidencia e a concepção de alfabetização como um processo profundamente



METODOLOGIA

A escolha pela abordagem qualitativa se justifica pela necessidade de compreender, de forma aprofundada, as experiências, percepções e práticas dos sujeitos envolvidos na realidade educacional da comunidade, valorizando seus contextos socioculturais, históricos e políticos.

Segundo Minayo, a pesquisa qualitativa não se preocupa com a representatividade numérica, mas com a profundidade da compreensão dos fenômenos sociais, valorizando o significado das ações e das relações humanas no contexto em que ocorrem. Neste viés, a abordagem é especialmente relevante em estudos que envolvem



comunidades tradicionais, como a comunidade campesina de Malhadinha, em Cumaru-PE, onde os saberes locais, as práticas sociais e os valores culturais desempenham um papel fundamental na construção da realidade educacional.

Nesses contextos, podemos compreender como os sujeitos vivenciam e significam a alfabetização e o papel dos movimentos sociais exige mais do que dados estatísticos: requer escuta atenta, observação sensível e diálogo com os modos de vida locais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultado dos estudos, alguns docentes questionaram a falta de informações mais detalhadas sobre o tema para serem trabalhadas, mesmo assim atuaram com práticas docentes que atendessem às necessidades da educação local, enfrentam problemas com as crianças ainda ajudam no plantio da roça e como consequência essas faltas prejudicam seu aprendizado, para que isso não ocorresse houve um encontro de articulação com a família agricultoras flexibilizando horários para recompor a aprendizagem e a criança não sai perdendo.

Outra docente relata, que a cultura popular com relação a linguagem ainda prevalece a linguagem popular local, onde a linguagem escolar não é a mesma usada em casa, então abriu-se em espaço para trabalhar os saberes locais em atividades de leitura e escrita como também o plantio e o cultivo dos alimentos. Ainda nos falta uma Formação mais específica para melhor atendermos a esta nova área de conhecimento que se chama educação rural, com relação a este ponto se faz necessário que os poderes públicos direcionem seu olhar para implementarem formações continuadas com intuito de fortalecer a escola rural com novas metodologias de pedagogia popular direcionadas a este público.

É perceptível que nestas comunidades conseguimos encontrar algumas crianças que por praticarem constantemente a aprendizagem informal nas atividades agrícolas com seus familiares desenvolvem a contagem, registro e até a leitura de rótulos nas plantações. As crianças se sentem felizes quando nos estudos vê de forma contextualizada nos conteúdos formais os conhecimentos agrícolas e as tradições populares que eles já conhecem.

Diante deste quadro houve a necessidade de adotar novas metodologias que envolvessem a comunidade, em especial a de Malhadinha citada aqui neste trabalho,



com o objetivo de empoderá-los com sua cultura local, como também que os participantes percebam sua importância no contexto familiar e escolar, essa interação favorecerá o desenvolvimento da aprendizagem das crianças.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada na comunidades de Malhadinha, situada na zona rural no município de Cumaru-PE, mostra que a alfabetização rural enfrenta muitos obstáculos com relação a matérias didáticos específicos, com um dinamismo com o currículo formal e o currículo popular, mas que, dispõe de um contexto agrícola e cultural muito valioso que emergem aos movimentos sociais os grandes protagonistas articuladores e mediadores a escola-comunidade local. E como resultado deste estudo não gerou apenas o conhecimento de forma contextualizada, mas promoveu o empoderamento local das pessoas.

Apontam que, apesar de avanços legais e programáticos, como o Plano Nacional de Educação e as diretrizes curriculares para a Educação de Jovens e Adultos-EJA, ainda persistem barreiras significativas relacionadas à precarização das condições de ensino, à invisibilidade das demandas populares nos espaços de decisão e à ausência de diálogo entre políticas públicas e saberes comunitários.

Conclui-se que o fortalecimento da articulação entre Estado e movimentos sociais é essencial para a construção de práticas educativas mais democráticas, contextualizadas e comprometidas com a equidade no acesso à alfabetização e à educação básica no país.

Palavras-chave: Alfabetização, Movimentos sociais, Educação popular, Políticas pública, Direito à educação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 152, n. 127, p. 2, 7 jul. 2015.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.



FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.** 23. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 19. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.

ARROYO, Miguel. A escola do campo e a pesquisa do campo: metas. In: MOLINA, Mônica C. **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão.** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006, p.103-116.

